

**A distribuição da população e do  
escolarizar no território: elementos para  
compreensão da emergência da escola  
rural em Minas Gerais (1892-1899)**

*Gilvanice Barbosa da Silva Musial\**

*The distribution of the population and  
the school in the territory: elements to the  
comprehension of the emergency of rural  
school in Minas Gerais (1892-1899)*

---

\* Doutora em educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

**RESUMO:** O referido trabalho tem como objetivos apreender a distribuição da população e do escolarizar em 11 municípios e relacionar essa distribuição com emergência da escola rural em Minas Gerais, no final do séc. XIX. O estudo está baseado, teórica e metodologicamente, nos pressupostos da História Cultural e, em particular, nas formulações de Chartier. Para a compreensão das possibilidades e limites da estatística como fonte para a História da Educação trabalhamos com Luc (1985), Faria Filho e Biccás (2000) e Gil (2008). No final do século XIX, na região estudada, não era a localização geográfica que definia, principalmente, o acesso desigual ao escolarizar, mas, provavelmente, outras questões, como por exemplo, o lugar social dos homens e das mulheres. A ampliação e redução no número de escolas de instrução primária, nesse momento, nos ajudam a apreender a emergência da escola rural em Minas Gerais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola rural; instrução primária; história da escola rural.

**ABSTRACT:** *The referred work has as objectives to apprehend the distribution of the population and the school in 11 counties as well as relate this distribution to the emergency of rural school in Minas Gerais at the end of the XIX century. The study is based theoretically and methodologically on the assumptions of the Cultural History, and particularly on the formulations of Chartier. In order to apprehend the possibilities and limits of the statistics as a source for the History of Education, we worked with Luc (1985), Faria Filho and Biccás (2000), and Gil (2008). At the end of the XIX century, in the studied region, it was not the geographic localization which chiefly defined the unequal access to school, however; probably other issues such as the social places of men and women. The extension and reduction in the number of elementary schools, at that moment, help us apprehend the emergency of rural schools in Minas Gerais.*

**KEYWORDS:** *Rural school; elementary school; history of rural school*

## 1. INTRODUÇÃO

O referido trabalho<sup>1</sup> apresenta parte dos resultados da pesquisa realizada durante o curso de Doutorado em Educação<sup>2</sup> e que deu origem à tese intitulada “A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899): quando a distinção possibilita a exclusão”.<sup>3</sup> Tem como objetivos apreender a distribuição da população e do escolarizar em 11 municípios do estado e relacionar essa distribuição com emergência da escola rural em Minas Gerais, no final do séc. XIX. Para isso, trabalhamos, principalmente, com dados estatísticos (demográficos e escolares) – a exemplo do censo demográfico de 1890 e de mapas de sala de aula das escolas de instrução primária –, com relatórios Secretários dos Negócios do Interior, Presidentes de Estado.

O estudo está baseado, teórica e metodologicamente, nos pressupostos da História Cultural e, em particular, nas formulações de Roger Chartier. Para a compreensão das possibilidades e limites da estatística para a pesquisa em História da Educação trabalhamos com Jean-Nöel Luc (1985), Luciano Faria Filho e Maurilane Biccas (2000) e Natália Gil (2008).

A definição do ano de 1892 como marco inicial para o estudo se relaciona ao ano de aprovação da Lei nº. 41, que, pela primeira vez no estado, nomeia a escola de instrução primária destinada às populações rurais como “escola rural”. O limite final foi estabelecido em 1899 devido à promulgação da Lei nº. 281, que suprimiu a denominação escola rural, permanecendo apenas as denominações “escola distrital” e “escola urbana”. Como limite geográfico da nossa pesquisa, tomamos um conjunto de 12 municípios, localizados, predominantemente, na região central do Estado de Minas Gerais e que se constituiu, no período, como uma das regiões<sup>4</sup> que contou com o maior número de escolas rurais.

## 2. BREVE BALANÇO DO CAMPO DA HISTÓRIA DO ENSINO RURAL

Embora os historiadores da educação brasileira, nas últimas décadas, venham se debruçando sobre novos objetos e trabalhando com novas fontes<sup>5</sup>, as pesquisas sobre os processos de escolarização, em especial, o processo

de constituição da escola como instituição principal de educação das novas gerações, têm priorizado o contexto urbano. Essa prioridade fica evidenciada na análise feita dos trabalhos presentes nos anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE), realizados no período de de 2000 a 2008, e dos Congressos de Pesquisa e Ensino em História da Educação (COPEHE/MG), que ocorreram de 2001 a 2009 e duas pesquisas de Estado da Arte sobre a Educação Rural – uma pesquisa sobre a produção nacional e outra sobre a produção mineira.

Nos CBHE, foram encontrados 1.947 trabalhos, dos quais 31 tratavam de questões ligadas à educação das populações rurais.<sup>6</sup> Por sua vez, nos COPEHE/MG, dos 531 trabalhos encontrados, 13 tratavam da referida temática.<sup>7</sup> Dos 44 trabalhos que foram publicados em anais de congressos do campo da História da Educação, 15 deles tratavam sobre a docência e a sua formação; nove, sobre a educação primária no contexto rural; oito, sobre o ensino profissional e superior; quatro abordavam as escolas familiares rurais; três sobre Movimentos, Campanhas de Educação Rural; dois, a concepção de formação do trabalhador rural; dois tinham como temática os patronatos rurais para crianças pobres; um, do balanço sobre a produção científica a respeito da educação rural, conforme o quadro abaixo.

**Quadro 1 – Distribuição dos trabalhos sobre a história do ensino rural quanto aos temas estudados**

<b>Temas</b>	<b>Quantidade de trabalhos encontrados</b>
A docência e a sua formação	15
A educação primária no contexto rural	09
O ensino profissional e superior	08
As escolas familiares rurais	04
Movimentos, Campanhas de Educação Rural	03
A concepção de formação do trabalhador rural	02

Os patronatos rurais para crianças pobres	02
Balanço da produção no campo	01
<b>Total de trabalhos</b>	<b>44</b>

*Fonte: Anais dos CBHE e COPEHE de 2000 a 2009.*

Em relação ao período estudado, há uma predominância de estudos posteriores a 1930. Dos 44 trabalhos localizados, em 35 deles, os autores se debruçaram sobre o período posterior a essa década e, em nove, os autores se debruçaram sobre o período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX. Dos nove trabalhos que tomam o final do século XIX e início do século XX como período de estudo, três deles abordavam a educação primária no contexto rural; dois tratavam dos Patronatos Agrícolas em Minas Gerais; dois sobre concepção de formação do trabalhador rural; um sobre o Instituto Agrônomico de Itabira; e um a respeito da trajetória de professoras.

Dos três trabalhos nos quais os pesquisadores se debruçaram sobre a educação primária no contexto rural, no final do século XIX e no início do século XX, dois pesquisaram sobre o Estado de Minas Gerais e um sobre o Estado de São Paulo. Com relação aos temas estudados, um deles pretendeu “(...) apreender as representações que perpassaram a gênese do ensino rural em São Pedro de Uberabinha, sob a égide de uma nova realidade política e social fomentada no país a partir da Proclamação da República” (OLIVEIRA; INÁCIO FILHO, 2007, p. 1). No segundo trabalho, procurava-se compreender – a partir da análise das discussões travadas em torno das especificidades, que marcavam as diferentes instituições, determinadas, sobretudo, pelas características das regiões em que se encontravam, se rural ou urbana – “(...) o processo de constituição do sistema educacional paulista” (VICENTINI; GALLEGOS, 2006). Finalmente, no terceiro, buscou-se analisar os discursos produzidos sobre o rural, a escola rural e seus sujeitos a partir dos relatórios dos Inspectores Escolares que visitaram Villa Nova de Lima e Sabará, no período compreendido entre 1892 e 1900, bem como entender a significação desses discursos no processo de constituição da escola rural em Minas Gerais (MUSIAL, 2009).

Ainda que o período compreendido pelos anos finais do século XIX

e as primeiras décadas do século XX tenha sido privilegiado durante muitos anos nas pesquisas historiográficas, e tenha se constituído um campo de produção científica importante sobre o fortalecimento da República, quando analisada a produção historiográfica sobre o ensino rural, presente nos anais dos CBHE e dos COPEHE/MG, nesse período, a lacuna é evidente.

No campo da educação, de modo mais amplo, também é possível identificar uma pequena quantidade de trabalhos de pesquisas sobre a educação destinada às populações rurais entre 1980 e 2005. Duas pesquisas de estado da arte, uma sobre a produção nacional<sup>8</sup> e outra sobre a produção mineira<sup>9</sup>, apresentam diagnósticos muito semelhantes a respeito da produção acadêmica sobre a temática. Por um lado, ambas indicam um número reduzido de estudos sobre educação destinada às populações rurais, e menos ainda em uma abordagem histórica<sup>10</sup>, quando esse número é comparado com estudos realizados em outras áreas da educação. Por outro lado, os dois trabalhos ressaltam que os estudos analisados caracterizam-se por uma preocupação cada vez maior em discutir o problema da educação rural na perspectiva da população a que se destina, ou seja, os trabalhadores rurais. Eles também destacam o protagonismo dos movimentos sociais de luta pela terra, em especial, as experiências do Movimento Sem Terra (MST), nas mudanças de enfoque verificadas no conjunto das pesquisas analisadas.

A partir do conhecimento desse quadro a respeito das investigações nas quais os pesquisadores se voltam para a educação destinada às populações rurais, perguntamo-nos: o número reduzido de estudos sobre a escola rural do final do século XIX e início do XX pode evidenciar a não existência dessa especificidade das escolas de povoados e aldeias em outros estados do Brasil? Ou, seria resultado da produção de representações sobre os espaços sociais rurais marcados pela ausência da escola? No próximo tópico, é possível verificar como se constituía a distribuição da população em uma determinada região do Estado de Minas Gerais, no final do século XIX.

### **3. A FISIONOMIA DOS ESPAÇOS SOCIAIS RURAIS NA REGIÃO ESTUDADA**

No Brasil, do final do século XIX ao início do século XX, o interes-

se das elites dirigentes pela construção da estatística populacional, incluindo, nela, os dados sobre escolarização da população, ganhou destaque. Segundo Faria Filho e Biccias (2000, p. 179), a construção da estatística está relacionada “(...) a uma intencionalidade política e ao poder de intervenção social que confere aos seus manejadores”. Além disso, ela não se constitui, apenas, como “(...) discurso neutro e universal dos números, mas, sobretudo, porque ela acaba por afiançar e/ou justificar decisões políticas fundamentais sobre importantes setores da vida social”. Os autores ressaltam, ainda, que “(...) a produção e utilização da estatística é signo de modernidade e da capacidade de intervenção dos Estados nas realidades nacionais” (FARIA FILHO; BICCAS, 2000, p. 179).

No que se refere à utilização de dados estatísticos produzidos no Brasil, na segunda metade do século XIX, tal como fazemos nesta pesquisa, é importante destacar que compreendemos as lacunas existentes na sua produção. Em muitos casos, verificamos a pouca confiabilidade dos dados produzidos, tal como destacam Faria Filho e Bicas (2000) e Gil (2008). Mas, como ressalta Jean-Nöel Luc (1985, p. 3), ao analisar o caso francês, “(...) não se trata de recusar a priori todas as estatísticas do século XIX, mas de tornar-se atento em relação a sua utilização cega e suas interpretações apressadas”.<sup>11</sup> Mesmo considerando as diferenças entre os dois países, acreditamos que seja possível considerar suas advertências quando utilizamos as estatísticas do século XIX no Brasil. Entendemos que, levando-se em conta seus limites, esses dados podem possibilitar uma aproximação da composição da população mineira, quanto a sua distribuição no território e à distribuição do escolarizar elemento, importante da arte de governar<sup>12</sup> no final do século XIX.<sup>13</sup>

A fim de compreender a composição da população do Estado de Minas Gerais, levamos em consideração os resultados do recenseamento de 1890. Primeiramente é necessário ressaltar que o referido censo apresenta lacunas nos seus dados. Mendes da Rocha (1898) adverte os estudiosos que venham a fazer uso dos referidos dados, que o façam com todo o cuidado. O autor ressalta, em cumprimento do dever de probidade, que não se considere “(...) a segunda operação censitária da República, mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiçá em condições inferiores ao primeiro”, o censo de 1872 (p. 3).

Entretanto, no censo de 1890, somente os Estados de Minas Gerais e da Bahia foram estudados na sua totalidade. Dessa forma, ainda que lacunar, os dados do censo apresentam algumas informações completas, visto que os dados das “paróchias” que não enviaram relatório foram completados com os dados do censo realizado 18 anos antes. Além disso, vale destacar que a contagem da população dos municípios, no recenseamento de 1890, não distinguiu a população urbana da população rural, o que somente seria feito, no Brasil, no recenseamento de 1940 (SANTOS, 2005).

O recenseamento de 1890 apresenta as populações por paróquia e por distrito. Desse modo, na análise feita neste estudo, foi possível separar a população das sedes dos municípios, uma vez que são nomeadas, da população dos distritos e de suas paróquias equivalentes. Inferimos que as populações dos distritos eram compostas pela população residente nas sedes dos distritos, nos povoados e nas aldeias. A partir deste momento, no presente artigo, estaremos nos referindo às populações dos distritos, considerando que nelas estão computadas as populações dos povoados e das aldeias.

Segundo o censo de 1890, a população total de Minas Gerais era de 3.184.099 habitantes, sendo 1.627.461 homens e 1.556.638 mulheres. O estado possuía 117 cidades, 744 “districtos” e 536 “paróchias”. Nesse momento, Minas Gerais era o estado mais populoso do país. Junto com a Bahia (segundo estado mais populoso), eles constituíam “(...) quase a metade da população da República” (MENDES DA ROCHA, 1898, p. 9).

Mas como essa população estava distribuída no território do estado? É importante considerar que Minas Gerais possuía, em 1890, 861 unidades administrativas. Delas, 15% eram cidades e 85%, distritos. Sabendo-se que as freguesias e os povoados não foram apresentados no referido censo, é possível afirmar que, se isso ocorresse, os percentuais apresentados se alterariam bastante. Logo, procuramos identificar, nos municípios estudados, onde se localizava a população – na sede ou nos distritos e povoados –, a fim de tentar apreender a distribuição territorial da população desses municípios, tendo como referência o censo de 1890.

É possível afirmar que a referida região era composta por municípios<sup>14</sup> localizados, predominantemente, na região central do estado, próximos da capital Ouro Preto e, posteriormente, da capital Belo Horizonte. Eles



compunham uma região com a presença de muitas cidades e vilas. Em 1890, dois dos municípios da 2ª Circunscrição possuíam mais de 50 mil moradores: Sabará, com 77.754 habitantes, e Santa Bárbara, com 62.423.

**Tabela 1 – Total de habitantes da  
2ª Circunscrição Literária – sede/distrito e povoado**

CIDADE/ VILA	Total de Habitantes pos localização geográfica				TOTAL
	Sede		Distritos / povoados		
	N	%	N	%	
Bonfim	10.944	31,5	23.830	68,5	37.774
Caethé	5.524	30,8	12.388	69,2	17.912
Curvello	8.071	18,7	35.039	81,3	43.110
Entre Rios	12.652	35,1	23.388	64,9	36.934
Itabira	11.324	38,5	18.054	61,5	29.378
Pará	10.983	29,7	25.951	70,3	36.934
Sabará	4.959	6,4	72.795	93,6	77.754
Santa Bárbara	2.028	3,2	60.395	96,8	62.423
Santa Luzia	8.911	22,6	30.451	77,4	39.362
São Domingos do Prata	7.506	45,5	8.992	54,5	16.498
Sete Lagoas	10.154	29,2	24.602	70,8	34.756
<b>TOTAL</b>	<b>93.056</b>	<b>21,7</b>	<b>335.885</b>	<b>78,3</b>	<b>428.941</b>

*Fonte: IBGE – População recenseada em 31 de dezembro de 1890.*

Considerando a população dos municípios, analisada em 1890, podemos afirmar que 78% da população habitavam nos distritos e povoados, enquanto 22% moravam nas sedes dos municípios. Os municípios que apre-

sentavam os maiores percentuais de população, habitando nos distritos e povoados, eram Santa Bárbara, Sabará e Curvelo. Por sua vez, os municípios que apresentavam maiores percentuais de população na sede eram São Domingos do Prata, Itabira e Entre Rios de Minas. Apesar de ser tentador, não nos é possível classificar os referidos municípios como mais ou menos urbanizados a partir do agrupamento realizado. Mas a análise dos dados nos permite compreender a complexidade do fenômeno da urbanização no final do século XIX, em Minas Gerais.

Em estudo sobre a urbanização brasileira, Milton Santos (2005) afirma que o Brasil, como um todo, durante séculos, foi um país agrário. Também para Carvalho (1999), até a primeira Guerra Mundial, o Brasil era “(...) uma sociedade agrária, exportadora de produtos primários, governada por uma oligarquia de grandes proprietários, com uma elite europeizada desdenhosa do grosso da população formada de pobres, analfabetos e negros” (p. 125).

De qualquer modo, é preciso considerar a especificidade de Minas Gerais no conjunto das províncias/estados do Brasil. Para Paula (2000), ao longo de todo o período colonial, Minas Gerais só teve um núcleo urbano reconhecido como cidade: Mariana, sede do bispado a partir de 1745. Apesar disso, foi Minas Gerais, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a região mais urbanizada e populosa do Brasil. “Mais que isso, os níveis de urbanização e a dinâmica demográfica de Minas Gerais ressaltam-se num plano mais geral de comparação com o padrão urbano-demográfico do conjunto do Novo Mundo e mesmo do prevacente na Europa” (PAULA, 2000, p. 13).<sup>15</sup>

De acordo com Paula (2000), é legítimo falar em uma vocação urbana de Minas Gerais, ainda que sua trajetória tenha sido entrecortada por diversas diferenças, em variados campos da realidade urbana. No que se refere à multiplicação de núcleos urbanos, Minas Gerais, seja como capitania, como província ou como estado, teria sempre o maior número de unidades urbanas do Brasil. Em 1858, Minas Gerais contava com 20 comarcas, 58 municípios, 268 paróquias e 454 distritos. Dessa expansão, dois aspectos são destacados por Paula (2000). Primeiro,

(...) a virtual ocupação e consolidação urbana em todo território; segundo, a diversidade da origem desses

núcleos. Se todos nasceram, de alguma forma, da expansão mineradora, a continuidade do processo, seja no século XVIII, seja no XIX, mostrará o surgimento-expansão-diversificação de municípios, regiões interinas sobre o influxo de outras atividades, de motivações político-administrativas, etc (p. 39).

Em relação ao século XIX, é possível, segundo Paula (2000), encontrar informações quantitativas sobre a realidade urbana de Minas Gerais, as quais, se não são capazes de alterar “(...) o que se sabe sobre o caráter precário da vida na província”, informam-nos sobre os “(...) limites deste mesmo processo de urbanização no contexto de uma sociedade escravista, dependente e excludente” (p. 49). Um exemplo disso pode ser apreendido nos dados relativos à instrução pública. Esse ramo do setor público esteve entre as prioridades orçamentárias da província e, no entanto, isso não foi suficiente para alterar o quadro de analfabetismo de Minas Gerais durante todo o período (PAULA, 2000).<sup>16</sup>

No final da década de 1990, Minas Gerais tinha uma nova capital que figurou, no recenseamento de 1900, com uma população total de 13.472 moradores. Apesar de pequena para figurar no conjunto das grandes cidades brasileiras desse momento, Belo Horizonte se inseria no contexto nacional e mundial das novas experiências sociais e urbanas do final do século XIX, como afirma Veiga (2002). Para Paula (2000), Belo Horizonte é, de um lado,

(...) símbolo do mais atualizado da arquitetura e urbanismo modernistas, e, de outro lado, a reposição do velho padrão excludente, à medida que o plano, a cidade planejada e higiênica, nascida da razão positivista e republicana de seus construtores, interditou o espaço urbano aos pobres, à presença popular (p. 56).

Talvez Santos (2005) nos ajude a compreender esses dados quando afirma que o processo pretérito de criação urbana no Brasil relaciona-se mais à geração de cidades do que com um processo mesmo de urbanização. Isso porque essa urbanização estaria vinculada a uma economia natural e as rela-

ções entre os lugares eram fracas em um território de tão grandes dimensões. “Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior” (p. 22). É nesse aspecto que Minas Gerais se destaca, como discutimos anteriormente, da realidade de outros estados do Brasil em períodos anteriores e nos anos iniciais da República.

#### **4. A DISTRIBUIÇÃO DO ESCOLARIZAR NA REGIÃO ESTUDADA NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Na passagem do século XVIII para o século XIX, no Brasil, eram muitas as formas de acesso às primeiras letras, embora, nesse momento, existisse um número reduzido de escolas régias ou cadeiras de primeiras letras, que contavam com professores contratados pelo governo. De maneira geral, essas escolas funcionavam em espaços improvisados.<sup>17</sup> As escolas domésticas ou particulares, sobretudo para o ensino das primeiras letras, atendiam a um número muito superior de pessoas do que as escolas públicas. Elas funcionavam em “(...) espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e dos jovens aos quais os professores deveriam ensinar. Esses professores eram contratados por um pai de família, um fazendeiro ou por um conjunto de pais de uma determinada comunidade” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 46).

Essa diversidade de escolas domésticas e particulares que vemos ao longo do século XIX era frequentada basicamente por crianças e jovens abastados, permanecendo, no caso de Minas Gerais, as escolas públicas, em número reduzido, como espaço de formação de crianças e jovens pobres, mestiços e negros (FONSECA, 2007; SILVA, 2007; VEIGA, 2008; MUSIAL, 2011). Contudo, durante o século XIX, os debates em torno da necessidade de ampliação da escola primária se difundiram. Ao estudar os relatórios de dirigentes da Província mineira de 1828 a 1887, Resende e Faria Filho (2001) afirmam que a educação era preocupação de praticamente todos os homens que ocuparam esse lugar.

Foi também ao longo do século XIX que a escola foi se constituindo como instituição principal na formação da infância, em substituição a outros

espaços sociais. Isso significou, segundo Vidal e Faria Filho (2005), afastar a escola do recinto doméstico, afastá-la das tradições culturais e políticas presentes nesse espaço. Os autores destacam que, desse modo, ao longo do século XIX, a educação escolar foi assumindo, progressivamente, as características de uma luta do “governo do Estado contra o governo da casa” (MATOS, 1994 *apud* VIDAL; FARIA FILHO, 2005).

Em relação à distribuição do escolarizar, em 1889, o Vice-Presidente da Província, Dr. Barão de Camargos, afirmou que “(...) não obstante o grande número de meninos que se deve presumir haver em idade escolar, não foram consideráveis a matrícula e frequência das escolas primárias durante o anno p. passado” (p. 17).<sup>18</sup> O Dr. Barão de Camargos ressaltou que a Província possuía 1.239 cadeiras de instrução primárias providas; dessas cadeiras, 302 estavam em cidades e vilas, 674 localizavam-se em freguesias, e 263 encontravam-se em distritos. No referido relatório, o Vice-Presidente da Província destacou, então, o número insuficiente de cadeiras de instrução primária para atender a população em idade escolar, assim como a desigualdade no atendimento entre meninos e meninas.

Em relatório apresentado ao Presidente do Estado, em 1897, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Dr. Henrique Augusto de Oliveira Diniz, nos informou que “(...) as cadeiras actualmente existentes no Estado, entre providas e vagas, atingem o numero 2107, quando eram no anno passado 2087, dando um augmento de 20 escolas”. O Secretário destacou que esse número tendia “(...) naturalmente a crescer, pois é necessário attender aos reclamos de diversas localidades ainda privadas do beneficio do ensino”. Das cadeiras existentes, conforme o Henrique Augusto, “(...) são do sexo feminino 708, do sexo masculino 1141, mixtas 258”, e havia, ainda, “23 aulas nocturnas” (p. 27).<sup>19</sup>

Esse relatório apresenta, do ponto de vista do discurso oficial, uma preocupação em ampliar a oferta da instrução primária no estado, bem como destaca o “reclamo” das comunidades que ainda se achavam privadas dos benefícios do ensino. O Secretário procurou mostrar os avanços no

aumento do número de escolas. Entretanto, fez isso valendo-se de números gerais sem diferenciar as cadeiras providas das cadeiras vagas.

Havia, nesse período, uma grande preocupação com o aumento do número de escolas de instrução primária e, de fato, esse aumento aconteceu. Em 1889, a Província contava com um total de 1.239 cadeiras providas; em 1897, o número total de cadeiras providas e vagas chegava a 2.107. Mesmo considerando, para esse último ano, um percentual de 20% de cadeiras vagas<sup>20</sup>, é possível verificar um aumento de aproximadamente 400 cadeiras de instrução primária providas no estado, ao longo de oito anos.

Esse crescimento foi interrompido, contudo, através de pelo menos três medidas adotadas pelo governo do Estado de Minas Gerais, durante o período de 1898 e 1899. A primeira delas foi a supressão de escolas com frequência irregular. A não contratação de professores provisórios configurou a segunda medida. Por fim, a terceira desse conjunto de medidas foi a supressão das escolas rurais pela Lei nº. 281, de 1899. Em maio de 1900, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Wenceslau Braz Pereira Gomes, afirmou que o número de escolas primárias, 2.157 em agosto de 1899, ficou reduzido a 1.476 (p. 24)<sup>21</sup>, após a Lei nº. 281, de setembro de 1899. O estado ficou, então, com 476 escolas urbanas e 1.000 escolas distritais. Das 1.476 escolas de instrução primária, 661 eram para o sexo masculino; 634 para o sexo feminino; e 181 escolas eram mistas.

Na região estudada, é possível apreender uma ligeira ampliação (de 1892 a 1897) no número das escolas de instrução primária nos municípios estudados e uma redução significativa delas no período de 1898 a 1900. Essa ampliação aconteceu, principalmente, devido à criação das escolas rurais e, em menor quantidade, ao aumento do número de escolas distritais. A quantidade de escolas urbanas permaneceu praticamente a mesma no período. Em 1900, a redução no número de cadeiras de instrução primária ocorreu basicamente pela supressão das cadeiras rurais, na sua totalidade, e de algumas cadeiras distritais (Quadro 2).

**Quadro 2 – Movimento de criação e supressão de escolas de instrução primária na região estudada**

Registro de Mappas de 1892 a 1900										
Localidades	1892			1893			1896			
	Número de cadeiras		Total	Número de cadeiras		Total	Número de cadeiras			Total
	Cida	Localida		Cida	Localida		Urb	Distr	Rur	
	de	des		de	des					
Villa		Villa								
Bomfim	2	22	24	2	22	24	2	17	11	30
Caethe	4	20	24	4	20	24	4	12	9	25
Curvello	5	25	30	5	25	30	5	23	16	44
Entre Rios de Minas	3	12	15	3	12	15	3	8	6	17
Itabira	4	20	24	4	20	24	5	8	13	26
Villa Nova de Lima	4	6	10	4	6	10	4	2	6	12
Pará de Minas	5	12	17	5	24	29				0
S.Domingos do Prata	3	15	18	3	15	18	3	8	6	17
Sabará	2	35	37	2	35	37	7	18	13	38
Santa Barbara	4	38	42	3	38	41	4	22	22	48
Santa Luzia do Rio das Velhas	3	30	33	3	31	34	3	11	23	37
Sete Lagoas	4	27	31	4	27	31	3	11	16	30
<b>Total Geral</b>	<b>43</b>	<b>262</b>	<b>305</b>	<b>42</b>	<b>275</b>	<b>317</b>	<b>43</b>	<b>140</b>	<b>141</b>	<b>324</b>

1897				1898				1899				1900			
Número de cadeiras			Total	Número de cadeiras			Total	Número de cadeiras			Total	Número de cadeiras			Total
Urb	Distr	Rur		Urb	Distr	Rur		Urb	Distr	Rur		Urb	Distr	Rur	
2	19	12	33	4	20	11	35	4	19	11	34	4	19	23	
4	12	9	25	4	12	9	25	4	12	9	25	4	11	15	
5	23	16	44	5	23	17	45	5	23	17	45	5	21	26	
3	8	6	17	3	6	6	15	4	8	6	18	4	7	11	
5	8	13	26	5	8	13	26	5	8	13	26	5	10	15	
4	2	6	12	4	2	6	12	4	2	6	12	4	1	5	
5	14	8	27	5	17	12	34	5	17	12	34	5	16	21	
5	6	9	20	3	8	9	20	3	8	9	20	3	8	11	
7	18	14	39	7	15	12	34	7	14	13	34	7	13	20	
4	22	22	48	4	22	22	48	5	15	20	40	4	18	22	
3	13	25	41	3	13	25	41	3	13	25	41	4	12	16	
5	10	17	32	5	10	17	32	5	11	16	32	5	10	15	
<b>52</b>	<b>155</b>	<b>157</b>	<b>364</b>	<b>52</b>	<b>156</b>	<b>159</b>	<b>367</b>	<b>54</b>	<b>150</b>	<b>157</b>	<b>361</b>	<b>54</b>	<b>146</b>	<b>200</b>	

Fonte: Elaboração da autora a partir de: APM, volume SI 831, 1892; APM, volume SI 836, 1896-1899 e APM, volume SI 832, 1900-1901.

O referido Secretário reconheceu que a Lei n°. 281, de 1899, “(...) não podia ser esperada senão como a consequência de uma crise agudíssima que ameaçara o equilíbrio orçamentário” do estado. No seu relatório, afirmou que, ao “acabar” com os professores provisórios, a lei representou “(...) um óptimo

serviço á causa publica, tão preciosa como o da praticabilidade do ensino primário obrigatório” (p. 18).<sup>22</sup> Nesse momento, é possível afirmar que, do ponto de vista das políticas públicas voltadas para a educação, o estado assumiu uma política que privilegiava a educação das populações urbanas e distritais em detrimento da educação das populações rurais. Como a supressão das escolas de instrução primária se justificava pela frequência irregular e pela não qualificação dos professores provisórios, é possível inferir que, na medida em que o estado se desobrigava da oferta de instrução primária para as populações dos povoados e aldeias, ele também produzia uma representação<sup>23</sup> da escola rural, como precária, com professor desqualificado, sem frequência legal.

Trazendo aqui a reflexão de Jean Hébrard (2007), ao discutir o caso de Cévennes, região rural do sul da França, no século XVIII, consideramos que não haja uma relação mecânica entre crises econômicas e recuo nos índices de alfabetização das populações rurais. Entretanto, os dados que acessamos nos indicam a existência de relações que precisam ser consideradas no avanço ou no recuo da alfabetização das populações rurais em Minas Gerais, e, até mesmo, no Brasil. Acreditamos que essa é uma questão que precisa ser considerada para melhor compreensão da distribuição do escolarizar nas áreas rurais do estado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao mapeamento da produção no campo da história da educação rural, foi possível identificar um número reduzido de trabalho, no conjunto da produção analisada, especialmente daqueles que se debruçam sobre o final do século XIX e início do século XX. No campo da educação, de modo geral, os estudos sobre educação rural também são reduzidos, identificando-se um aumento do interesse dos pesquisadores pela temática nos últimos anos. Para Damasceno e Beserra (2004) e Silva (2006), o protagonismo dos movimentos sociais de luta pela terra e o Movimento por uma Educação do Campo tem inserido a educação das populações rurais nas pautas de pesquisas das universidades brasileiras, na atualidade.

No que se refere à distribuição da população no território, poderíamos pensar que a região estudada esteve marcada pelo predomínio do rural, tendo em vista a localização de grande parte da sua população em distritos e



povoados. Mas, ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar que contou, também, com a presença de centros urbanos populosos e dinâmicos. Talvez seja nessa relação entre duas realidades presentes e marcantes, o rural e o urbano, que a escola rural tenha sido forjada no final do século XIX, no estado.

Outro dado importante a ser considerado é o movimento de ampliação e de redução no número de escolas de instrução primária rurais sob responsabilidade do governo do Estado de Minas Gerais. Esse processo acompanhou, em certa medida, o movimento da situação financeira do estado. Em um momento de crescimento da receita, o governo ampliou o número de escolas de forma menos seletiva. Em contrapartida, em momentos de crise financeira, reduziu esse número e priorizou um determinado grupo social: o urbano.

Ao analisar os dados apresentados pelos Secretários dos Negócios do Interior e no Censo de 1890, parece-nos que, nos primeiros anos da década de 1890, na região estudada, não era a localização geográfica que definia, principalmente, o acesso desigual ao escolarizar; mas, provavelmente, outras questões, como por exemplo, o lugar social dos homens e das mulheres, dos ricos e pobres, dos negros e brancos. Ao longo da década estudada, a estatística vai aparecer, nos discursos dos Presidentes de Estado e dos Secretários dos Negócios do Interior, como elemento fundamental na arte de governar, seja para justificar a ampliação na distribuição do escolarizar, seja para justificar a sua redução.

### **Notas**

1. Agradeço a Professora Walquíria Miranda Rosa (FAE/UEMG) pela leitura cuidadosa do texto.
2. O curso foi realizado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FAE/UFMG e teve a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Ana Maria de Oliveira Galvão.
3. A referida tese apresenta como objetivos gerais, investigar a emergência da escola rural na região central de Minas Gerais e apreender a construção de especificidades dessa escola, as quais se refiram aos seus tempos, espaços, conteúdos, métodos, materiais e sujeitos, no período de 1892 a 1899. A partir da Lei nº. 41, de 13 de agosto

de 1892, apareceu pela primeira vez, na legislação educacional, em Minas Gerais, a denominação *escola rural*. No interior da pesquisa, trabalhamos com a legislação escolar, com dados estatísticos (demográficos e escolares), com relatórios de Inspectores Escolares, Secretários dos Negócios do Interior, Presidentes de Estado, com jornais e com quatro romances do sabarense Antonio Avelino Fóscolo. O estudo se baseou, teórica e metodologicamente, nos pressupostos da História Cultural; em particular, no conceito de “representação”, de acordo com a perspectiva de Roger Chartier. O desenvolvimento da pesquisa e a elaboração da tese possibilitaram a identificação de lutas de representações a respeito dos espaços sociais rurais, da escola rural e de seus sujeitos, no período estudado. Apreendemos, ainda, ao longo da década de 1890, a construção de uma determinada representação da escola rural como o lugar do *rústico* e da *rusticidade*, da ineficiência de seus professores, da infrequência de seus alunos e do desinteresse dos pais em relação à escolaridade dos seus filhos e que justificaram determinadas *práticas*, assim como a “supressão” das escolas sob a responsabilidade do governo do estado de Minas Gerais, em 1899. (MUSIAL, 2011).

4. A opção pela região relaciona-se ao fato de a maior parte das escolas rurais se localizarem, na época, na região centro, sul e norte do estado, tal como afirmou, em relatório apresentado ao Presidente do Estado de Minas Gerais, o Secretário de Estado do Interior, Wenceslau Braz Pereira Gomes, em 1900, quando da supressão das escolas rurais.

5. Sobre essa questão ver, entre outros: Eliane Marta T. Lopes e Ana Maria Galvão (2001) e Thais Fonseca (2003).

6. Sobre essa questão ver Musial (2011).

7. Sobre essa questão ver Musial (2011).

8. O trabalho intitulado: “Estudos sobre educação rural no Brasil: o estado da arte e perspectivas”, produzido por Maria Nobre Damasceno e Bernadete Beserra (2004), mapeia e discute o conhecimento produzido na área da educação rural, no Brasil, no período de 1980 e 1990.

9. Lourdes Helena da Silva (2009) apresenta um estudo sobre “O estado da arte das pesquisas sobre educação rural em Minas Gerais”, no período de 1990 a 2005.

10. Na pesquisa em âmbito nacional, segundo Maria Nobre Damasceno e Bernadete Beserra (2004), dos 1.000 trabalhos localizados apenas 12 tratavam da educação rural;

na pesquisa sobre a produção mineira, conforme Lourdes Helena da Silva (2009), de um total de 840 trabalhos acadêmicos, 21 abordavam a educação rural do Estado.

11. “Il ne s’agit pas de récuser *a priori* toutes les statistiques collectées au XIXe siècle, mais de mettre en garde contre leur utilisation aveugle e des interprétations hâtives” (LUC, 1985, p. 3). Todas as traduções, na tese, de textos em Francês são de minha responsabilidade.

12. Foucault (2007), ao estudar a construção da “arte de governar”, formulada no século XVI, mas bloqueada ao longo do século XVII, considera a estatística “o principal fator técnico, ou um dos principais fatores técnicos no desbloqueio da ‘arte de governar’ e transformação dessa em economia política no século XVIII, na Europa ocidental” (p. 188).

13. Como ressaltou Caspard (1895, p. 5), “Há meio século, Lucien Febvre já pedia aos historiadores para ‘aprenderem a contar’. Com algum atraso, talvez, em relação a outras áreas da pesquisa histórica, a história da educação, hoje, não ignora mais as abordagens quantitativas, seriais, ou até mesmo um olhar da economia, e a contagem dos atores dessa história ocupa um lugar importante entre os objetivos do historiador” (p. 5). No texto em Francês, “il y a maintenant um demi-siècle que Lucien Febvre demandait aux historiens d’ ‘apprendre à compter’. Avec quelque retard, peut-être, sur d’autres domaines de la recherche historique, l’histoire de l’éducation n’ignore plus, aujourd’hui, les approches quantitatives, sérielles, voire cliométriciennes, le comptage des acteurs de cette histoire figurant, en bonne place, parmi les objectifs de l’historien” (p. 5).

14. Segundo a Lei nº. 2, de 14 de setembro de 1891, o município é a reunião de distritos, formando outra circunscrição administrativa, com direitos, interesses e obrigações distintas. Ele pode, porém, constar de um só distrito. Além disso, a lei define que a sede do município é a povoação nela elevada à categoria de cidade ou Villa e que a criação de um município depende das seguintes condições: 1ª: população não inferior a vinte mil habitantes; 2ª: existência de edifícios públicos para a casa da câmara municipal e de instrução pública, com capacidade e condições requeridas para os fins a que são destinados (MINAS GERAIS. Instrução Pública. **Lei nº. 2 de 14 de setembro de 1891. Livro das Leis Mineiras. Arquivo Público Mineiro**).

15. No seu trabalho, intitulado: “Raízes: a modernidade em Minas Gerais”, João Antonio de Paula apresenta uma cronologia do surgimento de vilas em Minas Gerais, entre os anos de 1711 a 1814. Nesse período, serão construídas 18 vilas em diferentes regiões de Minas Gerais. A esse respeito, consultar: PAULA (2000, p. 36-37).

16. A referida questão é discutida também por Fernanda Resende e Luciano Mendes Faria Filho (2001), Cynthia Greive Veiga (2008).
17. Vidal e Faria Filho (2005) chamam de espaços improvisados aqueles que, construídos para outros fins, como: realização de missa, reuniões de confrarias, comércio, moradia, entre outros, eram transformados em salas de aulas para o ensino das primeiras letras. A esse respeito, ver também: Baranti (1977) e Hilsdorf (1986).
18. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO FALA - Discurso do Presidente da Província no Congresso Mineiro, Microfilme 011, 1889.
19. MINAS GERAIS. Imprensa Oficial. **Relatório da Secretaria do Interior**, v. 418, 1897.
20. Percentual de cadeiras vagas identificado em 1889.
21. Segundo o Secretário, “(...) o número das escolas primárias que era de 2.157, inclusive 19 criadas pela lei n.º. 259, de 10 de agosto de 1899, ficou reduzido, nos termos da Lei n. 281, de 16 de setembro do mesmo anno, e dos decs ns. 1353 e 1370 a 1476, inclusive uma nocturna e duas estabelecidas nas colônias” (p. 27) (MINAS GERAIS. Imprensa Oficial. Relatório da Secretaria do Interior, v. 418, 1900).
22. (*Idem*, v. 418, 1900).
23. Representações na perspectiva de Roger Chartier (2009).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARANTI, Maria Lúcia H. **Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo**: um estudo de suas origens. 1977. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 288p.
- CASPARD, Pierre. Preface. In: LUC, Jean Noel. **La statistique de l'ensei-**

**gnement primaire 19<sup>a</sup>-20<sup>a</sup> siècles:** politique et mode d'emploi. Econômica: Paris, 1985.

CHARTIER, Roger. **Au bord de la falaise:** l'histoire entre certitudes et inquiétudes. Paris: Ed. Albin Michel, 2009.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; BICCAS, Maurilane de S. Educação e modernidade: a estatística como estratégia de conformação do campo pedagógico brasileiro (1850-1930). **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, n. 28, p. 175-201, jan./jun. 2000.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX.** 2007. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.49-75.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

GIL, Natália. Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 479-502, mai./ago. 2008.

HÉBRARD, Jean. Alfabetização e acesso às práticas da cultura escrita de uma família do sul da França entre os séculos XVIII e XIX: um estudo de caso. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* (Orgs.). **História da cultura escrita:** séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.49-96.

HILSDORF, Maria Lúcia. **Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador.** 1986. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Coleção: O que você precisa saber sobre...

LUC, Jean-Nöel. **La statistique de l'enseignement primaire 19<sup>e</sup>-20<sup>e</sup> siècles: politique et mode d'emploi**. Paris: Economica Ed. INRP, 1985. 242 p.

MATTOS, Ilmar H. **Tempos de Saquarema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Acces, 1994.

MENDES DA ROCHA, Francisco. **Synopse do recenseamento do Brazil de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, Imprimerie du Bureau de Statistique, 1898. p. 2-10. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 09 set. 2009.

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. **A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899): quando a distinção possibilita a exclusão**. 2011. 250 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2011.

MUSIAL, Gilvanice. O rural, a escola rural e seus sujeitos nos relatórios dos inspetores escolares (1892-1900). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2009, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: Universidade Federal de Montes Claros, 2009.

OLIVEIRA, Vanessa Alves de. A gênese do ensino rural em São Pedro de Uberabinha (1891-1894). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2007, 4, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora - MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

PAULA, João Antonio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156 p.

RESENDE, Fernanda M.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX: os relatórios dos Presidentes da Província**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 2, p. 79-115, jul./dez. 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2005. 176p.

SILVA, Adriana M. P. Os meninos das aulas públicas de primeiras letras: Pernambuco, primeira metade do século XIX. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. (Orgs.). **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 271-305.

SILVA, Lourdes Helena. **Cenários da Educação no meio rural de Minas Gerais**. Curitiba: Editora CRV, 2009. 123 p.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 347p.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 3, n. 39, p. 502-595 set/dez. 2008.

VICENTINI, Paula P.; GALLEGGO, Rita de Cássia. Escolas primárias urbanas e rurais: um estudo dos debates acerca de suas especificidades na organização do sistema de ensino paulista (1890-1945). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV., 2006, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. 139 p.